

BANCO STANDARD DE INVESTIMENTOS S.A.



**RELATÓRIO QUANTITATIVO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES REFERENTES À
GESTÃO DE RISCOS, AO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA EXIGIDO (PRE) E À
ADEQUAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE REFERÊNCIA (PR)**

4ºT 2009/ 2010

1. Introdução

O Banco Standard de Investimentos possui uma estrutura de gerenciamento de riscos a fim de garantir a estabilidade da instituição financeira a longo prazo, bem como transparência na divulgação de informações referentes a gestão de riscos.

O presente relatório tem como objetivo o atendimento à Circular nº 3.477/09 do Banco Central do Brasil, que dispõe sobre a divulgação de informações referentes à Gestão de Riscos, ao Patrimônio de Referência Exigido (PRE) e ao Patrimônio de Referência (PR).

Este relatório deve ser analisado em conjunto com os aspectos qualitativos dispostos na Estrutura de Gerenciamento de Riscos, divulgados para cada um dos departamentos de risco, disponíveis no site da instituição:

www.standardbank.com/brasil

2. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

Consideramos que ter uma efetiva estrutura de gestão de riscos é parte fundamental na condução de nossos negócios.

A estrutura estabelecida permite o gerenciamento contínuo e integrado dos riscos de crédito, mercado e liquidez, operacional, jurídico e de compliance.

Buscamos o adequado equilíbrio entre risco e retorno e mantemos investimentos para aprimorar constantemente os processos, políticas e ferramentas de gestão de riscos para garantir a segurança das operações, atuando de forma preventiva e assegurando que o crescimento dos negócios aconteça em um ambiente apropriado de controle.

A alta administração é envolvida em todas as iniciativas relevantes inerentes a gestão de riscos sendo que a estrutura de governança propicia adequada avaliação dos riscos incorridos pelo banco bem como o efetivo gerenciamento dos mesmos. Além disso, conta com níveis de alçadas tanto individuais como colegiadas levando-se em conta a independência necessária para a tomada das decisões.

Para isto, há o apoio de diferentes Comitês de Risco (Crédito, Mercado, Liquidez, Operacional e Regulatório), que definem os limites técnicos bem como as políticas de gestão de riscos que incluem entre outros, aspectos de identificação, mensuração, monitoramento e controle das operações. Dessa forma, os comitês têm a responsabilidade de exercer a função de supervisão e monitoramento do perfil de riscos específicos bem como agregados dos portfólios.

Além disso, os comitês desenvolvem ações técnicas com o objetivo de subsidiar as decisões da Administração, para minimizar as perdas e eliminar os impactos sobre o negócio, priorizando a prudência sobre altos retornos, sem comprometer a rentabilidade da instituição.

Comitê de Gerenciamento de Ativos e Passivos (“*Asset and Liability Committee, ALCO*”)

O ALCO é responsável perante a Diretoria do BSI pela administração do balanço patrimonial (ativos e passivos) do BSI, incluindo riscos de mercado e liquidez. O Objetivo do ALCO é garantir que o BSI tenha uma administração de balanço responsável, prudente e em linha com as diretrizes do Grupo Standard, incluindo decisões sobre captação de recursos (funding) de longo prazo. ALCO é responsável pelo uso eficiente do capital do BSI, respeitando os limites operacionais e regulatórios, bem como a concentração entre clientes. ALCO também monitora a aderência, revisa e propõe alterações nas políticas relacionadas a gestão de Risco de Mercado e Liquidez e de precificação de ativos.

Comitê de Infra-estrutura e Negócios (“*Business and Infrastructure Committee, BIC*”)

Cabe ao BIC criar e incentivar a comunicação entre as áreas de negócios e infra-estrutura e risco do BSI, facilitando de uma maneira adequada a execução da estratégia do Grupo Standard Bank para o Brasil (incluindo comunicações no geral, prioridades estratégicas e operações do dia-dia). Em linhas gerais, o BIC é responsável (i) pelo controle do processo de aprovação de novos produtos; (ii) por coordenar e priorizar projetos entre as áreas de negócios, infra-estrutura e tecnologia da informação; (iii) pela supervisão da eficácia dos controles internos e também pelo gerenciamento do risco operacional.

Comitê de Crédito (“*Credit Committee*”)

Cabe ao CredCo decidir sobre a aquisição de todos os ativos de risco do BSI que contenham risco de crédito (Investment Banking e Global Markets, por exemplo). Coordenar a transferência de tais ativos para a área de recuperação de créditos inadimplidos (Business Support & Recovery). Revisar, a todo momento, os riscos de crédito do portfólio do BSI e seus níveis de concentração.

3. Identificação e Análise de Risco

3.1. Risco de Crédito

A Gerência de Risco de Crédito tem a responsabilidade de revisar todas as propostas para assegurar o cumprimento das políticas e regras internas, além de coordenar o comitê de crédito e o trabalho dos analistas de crédito.

Principais Políticas utilizadas na Gestão de Risco de Crédito

- Padrão de Risco de Crédito
- Política de Crédito
- Política de Classificações de Risco de Crédito
- Atribuição de Rating de Crédito conforme Resolução 2.682 do Banco Central do Brasil

Metodologia para estabelecer limites às exposições sujeitas a risco de crédito

Qualquer avaliação de uma contraparte/devedor deve incluir informações mínimas como capacidade de geração de caixa, capital e estrutura de financiamento, qualidade/sustentabilidade das receitas e razão do financiamento proposto e histórico de liquidações anteriores entre outras.

Todos os limites de Crédito devem ser revisados pelo menos uma vez ao ano ou com maior frequência se houver preocupações ou essa exigência segundo as cláusulas da aprovação original.

Sistemas de Gestão de Crédito e modelos de mensuração de risco de crédito

Todos os dados relacionados a Crédito de contraparte do CIB-I (ou seja, limites, classificação de risco, gestor de crédito responsável, datas das revisões e exposições, etc.) são capturados e monitorados em um sistema central de gestão de risco de Crédito (Adaptiv).

A mensuração do risco de crédito dos produtos do CIB-I é definida como:

- Produtos primários: correspondem à EAD (Exposure at Default) proveniente de atividades de empréstimo ou de produtos bancários relacionados como cartas de crédito (LCs), garantias, garantias firmes em caso de emissão de títulos mobiliários, saques a descoberto etc. mantidas para ser o montante nocional integral do montante emprestado mais quaisquer linhas de crédito compromissadas, mas não utilizadas.
- Derivativos: produtos que podem acarretar riscos do emissor, de pré-liquidação e/ou de liquidação que são menos diretos.

Os limites de crédito e exposições sobre derivativos são ponderados pelo risco com base em estimativas padronizadas de possíveis exposições adversas futuras de marcação a mercado. As ponderações aplicadas dentro dessas metodologias baseiam-se na Liquidez, Nível de Confiança exigido de 95% e Prazo.

Mitigadores de Risco de Crédito

Garantias devidamente documentadas (aval, fiança, etc) resultarão em uma obrigação garantida tendo a mesma classificação de risco de contraparte que a do responsável pela garantia. Da mesma forma, obrigações garantidas por Cartas de Crédito incondicionais receberão uma classificação de risco de contraparte igual à do emissor.

Seguros de crédito podem ser considerados uma redução de exposição e/ou fator de redução de riscos aceitável com relação a empréstimos e/ou Posições não negociáveis.

Eficácia das garantias e provisões relativas às operações de crédito

O BSI mantém nas áreas de risco e de negócios especialistas responsáveis por assegurar que a documentação das transações sujeita a risco de crédito são válidas, executável e em conformidade com os termos aprovados pela área de Crédito.

O departamento operacional, que é segregado da diretoria de Riscos, é responsável pelo monitoramento das condições de crédito, como, por exemplo, *covenants* e chamada de margens em operações de derivativos, durante a vida da operação.

O sistema de ratings interno do CIBI, assim como a escala de ratings da Res. 2.682, atribuem a cada rating um valor de provisionamento. No procedimento da Res. 2.682, para uma dada classificação de risco o correspondente provisionamento é obrigatório.

Nossa política é de basear os ratings atribuídos no escopo da Res.2.682 nos ratings internos do CIBI numa relação “de para” cujo principal parâmetro de relacionamento, mas no único, é a provisão.

Gestão de Portfólio

A área de crédito do BSI elabora um relatório mensal do portfólio de crédito com foco nas evoluções e tendências de concentrações de riscos do portfólio. Os principais pontos abordados no relatório de portfólio mensal são: concentração dos maiores clientes, concentração em cada faixa de classificação, concentração setorial, classificação de risco média do portfólio e andamento dos processos em fase de recuperação e/ou reestruturação de crédito.

Novos produtos de crédito

Todo e qualquer novo negócio, reestruturação de produto existente, novo sistema, alteração de sistema ou jurisdição que possam se traduzir em risco de Crédito ou aumento do risco de Crédito existente precisa ser aprovado pela área de Aprovação de Crédito como parte dos procedimentos para a aprovação de Novos Produtos.

3.2. Risco Operacional

A Gerência de Risco Operacional tem como objetivos:

- Liderar o gerenciamento de risco operacional, inclusive estabelecendo políticas e procedimentos apropriados;
- Promover conscientização de risco;

- Desafiar de forma construtiva os negócios a demonstrar que os riscos operacionais estão sendo gerenciados apropriadamente;
- Revisar e recomendar anualmente aperfeiçoamentos para a administração do BSI em relação a riscos operacionais;
- Apoiar a identificação, avaliação, monitoramento e controle do risco operacional;
- Responder a preocupações sobre riscos operacionais significativos;
- Apoiar a administração no cumprimento de sua responsabilidade por manter um ambiente de controle eficaz;
- Avaliar as implicações de risco operacional de qualquer problema levantado por auditoria interna ou externa; e
- Fornecer relatórios regulares para a administração sobre o perfil do risco operacional e a experiência com incidentes operacionais.

Definição de Risco Operacional

Risco Operacional é definido como risco de prejuízo resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos, ou de eventos externos. Esta definição inclui riscos de tecnologia da informação e riscos jurídicos, mas exclui riscos reputacionais e riscos estratégicos.

As categorias de risco operacional englobam:

- Risco de Processamento
- Risco de Sistemas
- Risco de Pessoas, e
- Riscos de Eventos Externos

Metodologia de Risco Operacional

O gerenciamento de Risco Operacional é feito de maneira descentralizada por cada uma das áreas de negócios e suporte do BSI. Risco Operacional é responsável por facilitar esse gerenciamento através de suas ferramentas:

- Coleta de Incidentes de Risco Operacional;
- Auto-Avaliação e mensuração dos processos críticos de cada área;
- Definição de Indicadores Chave de Risco.

O registro das informações referentes a Risco Operacional é feito no sistema global *GORT*. Dessa maneira é possível produzir relatórios gerenciais que facilitem o processo de gestão dos riscos. Os relatórios de atividades de gerenciamento de Risco Operacional são apresentados mensalmente para a Diretoria do BSI no Comitê Executivo de Infraestrutura, *BIC*.

Principais Políticas utilizadas na Gestão de Risco Operacional

- Princípios para Gestão do Risco Operacional;
- Política de Indicadores Chave de Risco;
- Política para Reporte de Incidentes de Risco Operacional;
- Política de Auto-Avaliação dos Riscos Operacionais.

Apetite ao Risco e Tolerância

Um princípio que deve estar acima de todos no gerenciamento de risco operacional é que a eliminação total da exposição de todo o risco operacional não é um objetivo a ser alcançado.

O processo de tomada de decisão em seguida à identificação e avaliação de risco deve ser baseado na consideração da exposição ao risco em relação ao apetite e tolerância ao risco.

A Diretoria Executiva definirá os níveis gerais de apetite e tolerância ao risco, ao quais são monitorados e gerenciados regularmente. Tais riscos deverão ser distribuídos regressivamente até os níveis em que o proprietário do risco é responsável por gerenciar a sua exposição ao risco.

3.3. Risco de Mercado e Liquidez

A Gestão de Riscos de Mercado é o processo pelo qual a instituição administra e controla os riscos potenciais de variações nas cotações de mercado dos instrumentos financeiros. Seus principais objetivos são: controlar a exposição ao risco de mercado e otimizar a relação risco-retorno através do uso de modelos e ferramentas de gestão.

Quanto ao risco de liquidez, a área de risco tem como objetivo prover a administração com informações relevantes a fim de assegurar que a instituição seja capaz de honrar seus compromissos no vencimento sem acarretar em uma elevação de custos indesejada. Se uma única instituição falha neste compromisso, todo o sistema financeiro pode sofrer repercussões.

Este risco pode ser classificado em risco de liquidez de fluxo de caixa e risco de liquidez de mercado.

3.3.1. Risco de Mercado

Definição do Risco de Mercado

Risco de Mercado pode ser definido como a perda potencial decorrida de oscilações dos preços de mercado ou parâmetros que influenciam os preços de mercado. O que inclui o risco relacionado à variação cambial, taxa de juros, preços de ações, de mercadorias (commodities), entre outras.

O Risco de Mercado pode ser dividido entre risco sistemático e não-sistemático (ou específico). Risco de mercado sistemático é o efeito adverso da oscilação de preços devido a mudanças nas condições gerais do mercado. Já o risco de mercado não-sistemático é o efeito adverso da oscilação de preços de um determinado ativo devido a fatores específicos inerentes a ele.

O Risco de Mercado para instrumentos financeiros podem ser dividido entre os seguintes elementos:

- Risco de Taxa de Juros
- Risco de Ações
- Risco Cambial
- Risco de Commodities

Principais Políticas utilizadas na Gestão de Risco de Mercado

- Manual dos Limites de Risco de Mercado (Market Risk Limits Manual)
- Política de Stop Loss
- Política de Stress-Test de Risco de Mercado
- Política de Mensuração de Risco das Operações Não-Classificadas na Carteira de Negociação

Definição de Limites de Risco de Mercado

O processo de tomada de decisão em seguida à identificação e avaliação de risco deve ser baseado na consideração da exposição ao risco em relação ao apetite e tolerância ao risco.

O apetite ao risco é definido como a natureza e quantidade de risco que o BSI está disposto a aceitar de modo a conduzir seus negócios de maneira eficiente em relação ao custo, de acordo com suas estratégias e objetivos de negócios e dentro dos limites legais e normativos.

Os limites de Risco de Mercado são propostos em sintonia com a área de negócios. A aprovação dos mesmos é feita pelo BSI-ALCO, com a participação da área Internacional de Risco de Mercado do Grupo Standard.

Metodologia de Cálculo do Risco de Mercado

O Risco de Mercado pode ser caracterizado por cinco principais tipos de medidas: posições, sensibilidades, testes de estresse, o “Value-at-Risk” e, de forma complementar, o “Backtesting”. Todas elas são calculadas e acompanhadas periodicamente, e integradas melhoram a análise e percepção sobre o quadro de risco ao qual a instituição financeira está exposta.

Mensuração e Relatórios de Risco de Mercado

A finalidade da preparação dos relatórios de risco de mercado é prover todas as informações relevantes a todas as áreas relacionadas de forma consistente e oportuna.

Toda informação contida nos relatórios de risco de mercado tem como objetivo o auxílio no monitoramento e gerenciamento de mitigação de riscos de mercado.

Assim, os principais relatórios disponibilizados pela área de Risco de Mercado são:

- Relatórios Diários de Risco, Limites e Posições;
- Relatórios Periódicos de Teste de Estresse;
- Relatórios Periódicos de Backtesting;
- Relatórios de Risco de Emissor (Issuer Risk);
- Eventuais Relatórios sob demanda.

Sistemas de Risco de Mercado

O risco de mercado do BSI é monitorado e controlado por meio de alguns sistemas e ferramentas desenvolvidos localmente pela área de tecnologia, como também de sistemas utilizados globalmente pelo Standard Bank Group.

Qualquer implementação nova em termos de sistemas é submetida a intensivos procedimentos de testes de verificação pelos diversos usuários envolvidos.

Além disso, todos os processos de precificação e modelagem adotados nos sistemas do Grupo são objeto de validação por áreas independentes.

3.3.2. Risco de Liquidez

Definição de Risco de Liquidez

O risco de liquidez de fluxo de caixa pode ser definido como sendo a possibilidade da ocorrência de descasamentos entre os pagamentos e os recebimentos que afetem a capacidade de pagamento da instituição.

O risco de liquidez de mercado pode ser ocasionado pela perda na liquidação de uma posição de participação relativamente significativa no mercado e/ou de uma estratégia de liquidação acordada e/ou de características da operação e/ou da perda de valor dos ativos que compõem a liquidez.

Principais Políticas utilizadas na Gestão de Risco de Liquidez

Política e Gerenciamento do Risco de Liquidez

- Gerenciamento Diário e Monitoramento de Limites
- Limites
- Moedas Estrangeiras
- Liquidez Intra-Grupo

Definição de Limites de Risco de Liquidez

A Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez do BSI estabelece limites máximos para os descasamentos entre vencimentos de ativos e passivos. Para as faixas de vencimento até um ano, em bases cumulativas, os valores agregados de entradas de caixa menos as respectivas saídas de caixa agregadas não deverão exceder os percentuais de depósitos.

Excessos sobre os limites devem ser imediatamente notificados ao BSI-ALCO e ações apropriadas deverão ser acordadas.

Plano de contingência para situações de crise de liquidez

O plano de contingência de liquidez tem como objetivo minimizar, o máximo possível, o impacto de uma crise de liquidez por meio da definição de uma estrutura de governança que:

- Apresente detalhes de como o Banco responderá a um problema de liquidez, incluindo a identificação antecipada, processo de escalada e diretrizes para o gerenciamento durante a crise de liquidez;
- Possibilite um entendimento do impacto que uma crise de liquidez pode ter para todas as partes envolvidas (*stakeholders*);
- Identifique informações essenciais para o gerenciamento da crise;
- Registre os tipos e as possíveis causas de uma crise de liquidez;
- Incorpore o princípio do prestador de último recurso (*lender of last resort*) na eventualidade de o Banco não conseguir bons resultados em suas iniciativas para lidar com a crise de liquidez devido tanto ao fato de a crise ter sido causada por um fator devastador ou no caso de o Banco não dispor de capital suficiente;
- Defina a seqüência em que cada fonte de liquidez será acionada;
- Identifique outras possíveis ações a serem tomadas sob situações de contingência.

Testes de Estresse de Liquidez

Além dos relatórios regulares demonstrando as posições de descasamentos de liquidez contra respectivos limites e linhas-mestras (*guidelines*), a área de risco de mercado e liquidez é responsável por implantar testes de stress de liquidez. As variáveis e premissas adotadas para os testes de Estresse de Liquidez, assim como seus resultados são analisados periodicamente pelo ALCO.

Os Testes de Estresse de Liquidez do BSI seguem o padrão estabelecido pelos Standards de Liquidez do Grupo e dividem-se:

- Caso Base: cenário normal
- Estresse de Mercado: estresse de liquidez originado por crise de mercado
- Estresse da Firma: estresse de liquidez por problema específico da firma
- Estresse Combinado: combinação dos cenários (b) e (c).

Os resultados dos testes de estresse de liquidez são analisados levando em consideração limites estabelecidos para cada cenário em termos de período mínimo de sobrevivência.

INFORMAÇÕES QUANTITATIVAS

4. Informações do Patrimônio de Referência (PR)

R\$.000

	T4 2010	T3 2010	T2 2010	T1 2010	T4 2009
Patrimônio de Referência	301.475	315.795	314.508	300.836	300.672
Patrimônio de Referência Nível I	298.840	315.099	316.326	302.134	301.893
Patrimônio Líquido	301.475	317.908	315.429	301.825	301.756
(-) Redução dos ativos diferidos conforme Resolução n° 3.444/07 do CMN	-	(2.113)	(921)	(989)	(1.084)
(-) Redução dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado conforme Resolução n° 3.444/07 do CMN	(2.635)	(696)	1.818	1.298	1.221
Patrimônio de Referência Nível II	2.635	696	(1.818)	(1.298)	(1.221)
(+) Soma dos ganhos/perdas de ajustes a valor de mercado conforme Resolução n° 3.444/07 do CMN	2.635	696	(1.818)	(1.298)	(1.221)

5. Detalhamento do Patrimônio de Referência Exigido (PRE)

R\$.000

	T4 2010	T3 2010	T2 2010	T1 2010	T4 2009
Risco de Crédito					
Operações de Crédito	22.827	20.796	18.250	23.555	23.257
Operações com TVM	7.099	20.393	16.184	8.269	7.443
Operações com Derivativos	27.547	21.698	14.533	9.281	7.712
Créditos Tributários	15.199	14.275	13.871	7.861	8.442
Outros Ativos	12.602	6.136	10.788	4.836	22.500
Total Alocado	85.274	83.298	73.626	53.802	69.354
Risco de Mercado - Carteira Trading					
Taxa de Juros	58.110	76.758	91.311	55.738	44.293
Prefixada	7.602	11.788	12.353	10.994	8.686
Cupom de Moeda Estrangeira	50.325	63.692	78.723	44.504	32.058
Cupom de Índice de Preços	183	1.278	235	240	3.549
Ações	734	734	1.105	-	-
Exposição em Moedas Estrangeiras e Câmbio	30.896	-	50.137	24.472	16.645
Total Alocado	89.740	77.492	142.553	80.210	60.938
Risco Operacional - Total Alocado	15.361	15.361	13.273	13.273	10.307
Principais Valores					
Patrimônio de Referência	301.475	315.795	314.508	300.836	300.672
Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	190.375	176.151	229.452	147.285	140.599
Índice de Basileia	17,42%	19,72%	15,08%	22,47%	23,52%
Margem (Folga de Capital)	111.100	139.644	85.056	153.551	160.073
Risco de Taxa de Juros da Carteira Banking (RBAN)	27	22	36	31	-

6. Risco de Crédito

I - Valor total das exposições e valor da exposição média no trimestre

R\$.000

	T4 2010	T3 2010	T2 2010	T1 2010	T4 2009
Total de Exposições	1.059.205	892.348	818.310	531.695	678.001
Média do Trimestre	970.661	808.970	740.486	604.768	733.093

a. Valor total das exposições por Fator de Ponderação de Riscos (FPR)

R\$.000

	T4 2010	T3 2010	T2 2010	T1 2010	T4 2009
FPR	Valor Total da Exposição	Valor Total da Exposição	Valor Total da Exposição	Valor Total da Exposição	Valor Total da Exposição
20%	140.133	37.447	136.782	9.666	17.752
50%	448.829	320.837	179.628	69.711	66.611
100%	443.973	506.424	476.770	452.318	593.638
300%	26.270	27.640	25.130	-	-
Total	1.059.205	892.348	818.310	531.695	678.001

b. Países e regiões geográficas com exposições significativas

R\$.000

	T4 2010	T3 2010	T2 2010	T1 2010	T4 2009
<u>País / Região</u>	<u>Valor Exposição</u>	<u>Valor Exposição</u>	<u>Valor Exposição</u>	<u>Valor Exposição</u>	<u>Valor Exposição</u>
Brasil / Sudeste	919.072	854.901	681.528	522.029	660.249
Estados Unidos / Nova Iorque	67.703	24.327	82.691	9.574	17.663
Holanda / Amsterdã	72.330	13.024	53.979	2	1
Outros	100	96	112	90	88
Total	1.059.205	892.348	818.310	531.695	678.001

c. Setor econômico

R\$.000

	T4 2010	T3 2010	T2 2010	T1 2010	T4 2009
<u>Setor Econômico</u>	<u>Valor Exposição</u>	<u>Valor Exposição</u>	<u>Valor Exposição</u>	<u>Valor Exposição</u>	<u>Valor Exposição</u>
Setor Público - Indústria	5.244	7.200	9.166	11.118	13.081
Setor Privado - Comércio	34.365	33.252	30.000	30.000	30.000
Setor Privado - Indústria	148.015	106.829	93.738	70.817	80.929
Setor Privado - Rural	-	-	-	3	64.298
Setor Privado - Outros	164.294	233.033	206.171	178.660	264.121
Instituições Financeiras/Autorizadas a funcionar pelo Bacen	588.962	358.284	316.410	79.377	84.363
Outros	118.325	153.750	162.825	161.720	141.209
Total	1.059.205	892.348	818.310	531.695	678.001

II - Percentual das exposições dos dez maiores clientes em relação ao total das operações com característica de concessão de crédito

R\$.000

	T4 2010	T3 2010	T2 2010	T1 2010	T4 2009
Percentual das exposições dos dez maiores clientes	71,65%	79,24%	85,91%	73,58%	70,51%

III - Montante das operações em atraso, bruto de provisões e excluídas as operações já baixadas para prejuízo, segregado nas seguintes faixas

R\$.000

	T4 2010	T3 2010	T2 2010	T1 2010	T4 2009
a) atraso até 60 dias;	2.233	-	-	4.860	-
b) atraso entre 61 e 90 dias;	-	3.936	-	4.749	-
c) atraso entre 91 e 180 dias; e	-	-	-	-	3.674
d) atraso acima de 180 dias;	-	-	-	15.726	17.082
Total das operações em atrasos	2.233	3.936	-	25.334	20.756

IV – Provisão para créditos de liquidação duvidosa

R\$.000

	T4 2010	T3 2010	T2 2010	T1 2010	T4 2009
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.786	24.877	25.966	65.111	68.692

Como comentado anteriormente, o banco respeita a Res. 2682 para definir os níveis de provisionamento de crédito. Desta forma não considera as garantias reais recebidas como mitigantes para efeitos de provisionamento.

No segundo trimestre de 2010, foram transferidas para contas de compensação operações no montante de R\$ 33,487 milhões. Essas operações foram baixadas para prejuízo, classificadas como de risco nível H e transferidas para conta de compensação com o correspondente débito em provisão, após decorrido seis meses da sua classificação nesse nível de risco. As operações baixadas no ano de 2010 estão em negociações com grande probabilidade de êxito em função das garantias existentes para estas operações.

7. a) Instrumentos mitigadores de Risco de Crédito e FPRs por tipo de operação

R\$.000

<u>Tipo de Operação</u>	<u>FPR</u>	<u>Tipo de Mitigador</u>	<u>T4 2010</u>	<u>T3 2010</u>	<u>T2 2010</u>	<u>T1 2010</u>	<u>T4 2009</u>
			<u>Valor Total Mitigado</u>	<u>Valor Total Mitigado</u>	<u>Valor Total Mitigado</u>	<u>Valor Total Mitigado</u>	<u>Valor Total Mitigado</u>
Operações Compromissadas - Compra com compromisso de revenda.	100%	Títulos públicos federais	18.508	248.997	154.999	205.697	39.804
Operações Compromissadas - Venda com compromisso de recompra.	100%	Títulos públicos federais	15.016	6.397	699	-	-
Derivativos - Valor de Reposição	50%	Garantias Instituições Financeiras	345.113	261.497	222.840	215.340	241.812
Total			378.637	516.891	378.538	421.037	281.616

b) Valor dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos, operações compromissadas.

R\$.000

	<u>T4 2010</u>	<u>T3 2010</u>	<u>T2 2010</u>	<u>T1 2010</u>	<u>T4 2009</u>
Exposição Global Bruta	1.437.842	1.409.239	1.196.848	952.732	959.617
Mitigadores de Risco	378.637	516.891	378.538	421.037	281.616
Exposição Global Líquida	1.059.205	892.348	818.310	531.695	678.001

8. Valor Nocial dos contratos sujeitos ao risco de crédito de contraparte, incluindo derivativos, operações a liquidar, empréstimos de ativos, operações compromissadas

a) Contratos em que a Câmara atue como Contraparte Central

	R\$.000				
	T4 2010	T3 2010	T2 2010	T1 2010	T4 2009
Valor Nocial	7.478.400	5.701.341	5.138.161	4.162.869	5.282.498

b) Contratos em que a Câmara não atue como Contraparte Central

	R\$.000				
	T4 2010	T3 2010	T2 2010	T1 2010	T4 2009
Balcão Organizado de Ativos e Derivativos - Sem Garantia	5.154.926	3.509.162	3.364.485	2.381.695	2.097.882
Balcão Organizado de Ativos e Derivativos - Com Garantia	2.511.816	1.590.247	1.453.369	937.229	827.901
Aplicações em Operações Compromissadas	18.508	248.997	154.999	205.697	39.804
Valor Nocial	7.685.250	5.348.406	4.972.853	3.524.621	2.965.587

9. Risco de Mercado

I - Valor Total da Carteira de Negociação, por fator de risco de mercado relevante.

R\$.000

Fator de Risco	Q4 2010		Q3 2010		Q2 2010		Q1 2010		Q4 2009	
	Compradas	Vendas	Compradas	Vendas	Compradas	Vendas	Compradas	Vendas	Compradas	Vendas
Pré	3.875.160	3.003.938	2.265.924	1.824.481	2.091.437	1.703.883	1.935.845	1.512.986	2.303.851	2.347.202
Cupom moeda - dólar dos EUA	6.953.624	6.798.776	5.348.638	5.536.084	4.983.669	5.383.912	2.996.881	3.140.047	2.793.288	2.845.668
Cupom de índice de preços - IPCA	87.991	89.853	104.846	87.016	85.030	86.829	80.225	81.769	47.902	41.937
Percentual CDI ≠ 100%	1.409.352	1.811.568	1.279.474	1.476.057	744.619	1.308.243	474.966	713.869	1.004.992	447.261
Moeda Estrangeira - Dólar dos EUA	6.458.976	6.488.785	5.057.090	5.062.693	3.845.636	3.866.076	2.905.148	2.905.320	2.623.292	2.605.276
Moeda Estrangeira - Euro	255.580	255.160	71.301	77.546	54.007	-	2.915	10.136	1	50
Moeda Estrangeira - Iene	95	-	95	-	96	-	90	-	89	-
Ações - Emissores no Brasil	4.590	-	4.590	-	7.624	-	4.590	-	4.590	-

II - Exposição a instrumentos financeiros derivativos, por categoria de fator de risco segregados entre posições compradas e vendas, subdivididos em exposições com e sem contraparte central.

a) Exposição a Instrumentos Financeiros Derivativos – Com Contraparte Central

R\$.000

Fator Risco	Q4 2010		Q3 2010		Q2 2010		Q1 2010		Q4 2009	
	Compradas	Vendas	Compradas	Vendas	Compradas	Vendas	Compradas	Vendas	Compradas	Vendas
Taxa de Juros	5.624.128	1.626.156	4.111.533	1.295.703	3.627.141	1.330.616	3.168.490	1.518.302	3.705.877	1.925.480
Taxa de Câmbio	2.575.777	625.936	2.846.940	320.695	2.427.885	557.493	1.846.813	828.851	1.842.306	699.013
Preços de Ações	-	-	-	-	3.034	-	-	-	-	-
Preços de Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

b) Exposição a Instrumentos Financeiros Derivativos – Sem Contraparte Central

R\$.000

Fator de Risco	Q4 2010		Q3 2010		Q2 2010		Q1 2010		Q4 2009	
	Compradas	Vendas	Compradas	Vendas	Compradas	Vendas	Compradas	Vendas	Compradas	Vendas
Taxa de Juros	5.984.130	9.762.253	3.779.576	7.429.954	3.521.343	7.029.689	1.680.637	3.771.282	1.894.590	3.610.439
Taxa de Câmbio	3.774.727	5.484.722	2.156.145	4.326.395	1.324.133	3.152.937	1.028.412	2.062.801	689.584	1.829.150
Preços de Ações	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Preços de Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-